

**Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do
Monte do Carmo de Setúbal**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2016

1 - Introdução

A Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal, com sede social em Avenida 22 de Dezembro, 3, com um fundo social de 397 216,50 €, tem como atividade principal Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2016 registou-se um crescimento económico moderado, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas e do crescimento registado no período homólogo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na Zona Euro. O clima de incerteza, marcado pela recente eleição da Administração Trump e pela agressiva política externa da Federação Russa, é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela tibieza no regresso aos mercados dos países intervencionados, e pela desaceleração das economias emergentes. O continente europeu é particularmente marcado pelo pós-crise das dívidas soberanas, pelo impacto social, político e económico decorrente da crise dos refugiados do médio oriente e principalmente pela agitação da ordem política regional e internacional, da qual o Brexit é o principal acontecimento, e pela crise de diversas instituições financeiras europeias, com o consequente estrangulamento dos mercados nacionais.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2016 um crescimento positivo de aproximadamente 3% (3,1%) – ligeiramente abaixo dos valores de 2015 (3,2%) –, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta, ao contrário de anos anteriores, uma tendência similar à das economias em desenvolvimento, em que se verificou um abrandamento económico na generalidade dos países. Apesar do paralelismo do ciclo económico em ambos os grupos, as economias dos países em desenvolvimento apresentam ainda volumes de crescimento bastante mais altos que as economias avançadas, decorrente do carácter mais insipiente das suas áreas produtivas. As economias avançadas apresentaram um crescimento muitíssimo ténue, na ordem dos 1,6% (face aos 2,1% do ano anterior), contra os 4,1% das economias emergentes (valor igual ao período anterior). Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da Zona Euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um decréscimo da atividade económica na ordem de 1% (a economia americana fechou o ano de 2015 com um crescimento de 2,1%) e, na Zona Euro, este foi também um ano de desalavancagem da economia, com um crescimento económico estimado de 1,7% (0,3% abaixo do verificado no ano transato). Na globalidade, a economia europeia abrandou a retoma de crescimento económico iniciada em 2014 (na ordem dos 0,9%), que contrastava com a destruição de valor que ocorrera no ano de 2013 (na ordem dos -0,5%).

Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente os mais pequenos e mais periféricos, muito em resultado das suas dívidas

A Direção


soberanas, a permanência da desconfiança dos mercados sobre o pós-crise, as dificuldades dos países e das empresas em se financiarem e da instabilidade do próprio sector financeiro (em países tão distintos como Portugal, Alemanha ou Itália). A crise política europeia marca mediaticamente a agenda quotidiana, estando, aparentemente, as ideias de unificação e convergência europeias mais dirimidas que antes. A nível interno, o Brexit acentuou este clima de desagregação potencial e de incerteza, agravado adicionalmente pelo aparecimento de forças políticas com linhas programáticas mais radicais com significativo suporte eleitoral, dispersas por países como a França, a Holanda ou a Alemanha. As tensões políticas no quadro internacional, muito marcadas pelo ressurgimento de uma política externa russa mais agressiva e pela nova administração norte-americana, poderão pôr em causa o normal ambiente das relações diplomáticas e económicas, afetando, por isso, a ordem mundial.

A economia chinesa tem sofrido nos últimos anos uma desaceleração constante, ainda que não muito vincada, cifrando-se o crescimento do PIB chinês de 2016 em 6,7%, um nível de crescimento ligeiramente inferior ao de 2015. O crescimento da economia chinesa no ano anterior havia sido de 6,9%. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, apresentam divergentes estádios nas suas trajetórias de crescimento. A economia mexicana terá crescido a um ritmo inferior em 0,4 pontos percentuais ao verificado no ano de 2015 (2,6% em 2015, 2,2% em 2016). O Brasil tem mergulhado a sua economia num quadro de vincada destruição de valor, após uma primavera económica que prometia um crescimento sustentado que pudesse reformar estruturalmente o país e levar o Brasil a liderar economicamente toda a América Latina. O decréscimo do PIB rondará, segundo as estimativas, os -3,5% (-3,8% no ano de 2015), mantendo, desta forma, a destruição de valor na economia brasileira, decorrente principalmente da crise política e social em que o país mergulhou.

Ainda no que diz respeito aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a economia russa apresenta uma desaceleração considerável do ritmo de destruição de valor, particularmente intenso, verificado no ano transato. Enquanto que os dados de 2015 indicavam um crescimento negativo do PIB de -3,7%, em 2016 esse indicador deverá cifrar-se nos -0,6%. Segundo os mesmos apontadores do FMI, o Japão teve, em 2016, um crescimento positivo de 0,9% do PIB, valor inferior em 0,3% ao ano anterior, que se coaduna com a estagnação verificada nos anos de 2015 e 2014 e que, segundo o FMI, se acentuará no horizonte previsional 2017-2018.

No que respeita ao mercado cambial, este tem evoluído de forma algo instável, na linha do que tem sucedido nos anos imediatamente anteriores. No início de 2015 a cotação EUR/USD era de 1,0898 e no fim do ano a mesma cotação era de 1,0541. Na mesma linha, em 2016, o euro desvalorizou-se face ao iene, conforme dados do Banco Central Europeu (BCE). Por seu lado, a libra esterlina depreciou-se face ao euro (a cotação EUR/GBP era de 0,7381 no final de 2015 e 0,8562 no final de 2016), em consequência da decisão de saída do Reino Unido da União Europeia que originou nos mercados alguma apreensão relativamente ao período de transição. A eliminação do limiar mínimo na cotação EUR/CHF realizada pelo banco central suíço em janeiro de 2015, fez com que a cotação do franco suíço subisse velozmente para valores próximos da paridade com o euro ao longo de todo o ano de 2015, de forma mais assinalável, e que se mantiveram com ligeiras oscilações durante 2016, tendo a cotação EUR/CHF fechado em 1,0739.

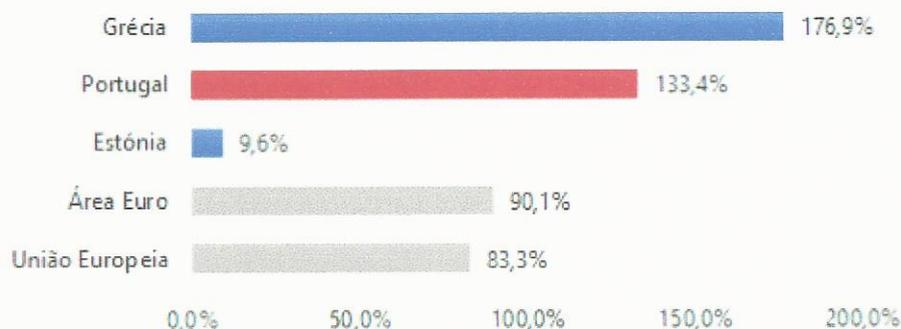
Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 104,8% (100,5% em 2015), 83,3% na UE (86,0% em 2015) e 90,1% na Zona Euro (91,6% em 2015). Portugal ultrapassou Itália e aparece no segundo lugar apenas atrás da Grécia. A Grécia mantém a liderança deste indicador com 176,9%, seguida de Portugal com 133,4% e de Itália com 132,7%. Numa análise meramente virtual ou académica, quer isto dizer que seria necessário um ano e um terço de laboração do conjunto da economia nacional, sem qualquer gasto fosse incorrido, para liquidar toda a dívida pública. Os principais déficits europeus são apresentados na figura seguinte (dados do Eurostat relativos ao 3.º trimestre de 2016):

A Direção


Dívida Pública em % do PIB

3.º Trimestre de 2016

EUROSTAT



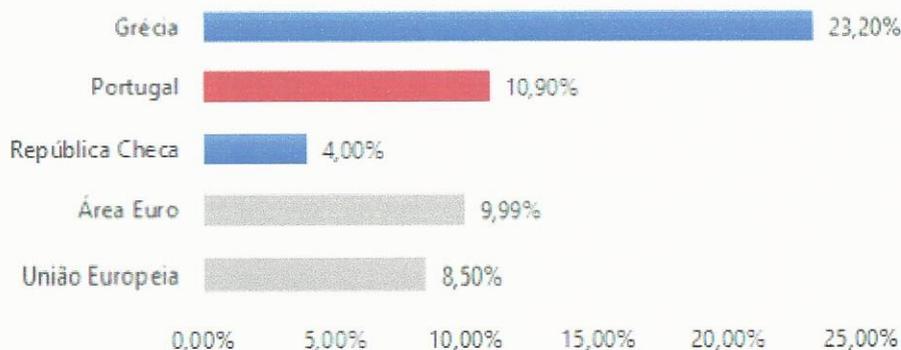
No que concerne ao emprego, a taxa de desemprego nos EUA cifrou-se nos 4,9%, o que significa uma estabilização deste indicador face ao ano anterior (5% em 2015). Já na Zona Euro, as taxas de desemprego mantiveram-se abaixo das apresentadas no período homólogo de 2015, tendo-se fixando em 9,8% (10,5% no final do 3.º trimestre de 2015). As menores taxas de desemprego (com base nos dados do 3.º trimestre de 2016) são observadas na República Checa (3,9%) e na Alemanha (4,1%), sendo as maiores na Grécia (23,1%) e em Espanha (19,1%). Portugal apresentava a esta data uma taxa de desemprego de 10,9%, a sexta mais elevada da UE. É importante realçar que a descida deste indicador em Portugal tem sido relativamente sustentada: a taxa de desemprego desceu de 13,3% período de 2014, para 12,2% em 2015 e 10,5% em 2016. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem, cuja taxa de desemprego, em dezembro de 2016 estava fixada em 26,2%. A população desempregada em dezembro de 2016 foi estimada em 520.700 pessoas, uma diminuição homóloga de 19,5% (menos 103.300 pessoas do que em 2015). A população empregada, estimada em 4.601.600 pessoas, verificou um acréscimo de 2,6% face ao período homólogo de 2015 (mais 119.600 pessoas).

Apresenta-se de seguida o gráfico-resumo comparativo das taxas de desemprego, em percentagem, elaborado com base nos dados do 3.º trimestre de 2016 apresentados pelo Eurostat:

Taxa de Desemprego

3.º Trimestre de 2016

EUROSTAT



2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento algo modesto, ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Apesar do nível de incerteza antevisto pelas instituições internacionais aquando da chegada ao poder do governo socialista, suportado pelas forças políticas à sua esquerda (popularmente designada por "Geringonça"), o conjunto das metas orçamentais e de crescimento económico tem sido mantido, merecendo o beneplácito das instituições europeias e internacionais, sendo até visto por algumas entidades como um modelo alternativo válido para a superação da crise dos partidos social-democratas e democratas-cristãos europeus.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na redução da taxa de desemprego e no crescimento positivo do PIB. Assim, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2016 um crescimento de 1,4% no PIB, representando um decréscimo de apenas 0,1% face a 2015, ano em que se observou um crescimento do PIB na ordem dos 1,5%. Esta evolução foi determinada pelo contributo menos positivo da procura interna comparativamente com o verificado no ano anterior, refletindo em grande medida uma desaceleração do Investimento e, em menor grau, um ligeiro abrandamento do Consumo Privado. A Procura Externa Líquida registou um contributo positivo ligeiro, ao contrário do sucedido no ano de 2015 (de -2,1% em 2015 para 0,2% em 2016) para a variação homóloga do PIB.

A inversão da contração da Procura Interna do período 2011-2013, iniciada em 2014, manteve-se em 2016, apresentando este indicador um decréscimo de 0,2%, face ao crescimento do período homólogo, cifrando-se em 1,4%, em volume. O Consumo Privado seguiu um rumo inverso, passando esta componente da Procura Interna de um aumento de 1,9% no 4.º trimestre de 2015 para um aumento de 3,1% no período homólogo de 2016, um crescimento de 1,2%. O Investimento apresentou uma depreciação de 0,9%, em termos reais, quando comparado com o ano anterior (4,6% em 2015 e 3,7% em 2016), principalmente em resultado da redução da Formação Bruta de Capital Fixo. Em 2016, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 4,4% em termos reais, traduzindo-se numa desaceleração comparativamente com o observado em 2015, cujo crescimento foi de 6,1%.

As Importações de Bens e Serviços desaceleraram em 2016, registando um crescimento de 4,4% em volume (8,2% em 2015), em resultado do crescimento menos intenso de ambas as componentes. Ao contrário de 2015, as importações de bens apresentaram uma desaceleração menos pronunciada que as importações de serviços (uma redução de 3,8% e 4,4%, respetivamente).

Em Portugal, a inflação deverá ter permanecido em níveis baixos, 0,9% em 2016 (valor superior em 0,1% os valores de 2015).

No que respeita às taxas de juro (e conseqüentemente dos níveis de risco das Obrigações do Tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente, estas têm-se agravado de forma sustentada, tendo aumentado durante todos os períodos mensais desde segunda metade de 2015 até ao final de 2016. A taxa de rendibilidade média das Obrigações do Tesouro a 10 anos em dezembro de 2016 foi superior em 1,25 pontos percentuais à taxa média de rendibilidade do período homólogo (2,49% em dezembro de 2015 e 3,74% em dezembro de 2016), o que representa um agravamento considerável das condições de financiamento externo do estado português. O Bid-to-Cover Ratio (rácio que compara as ações de compra recebidas com as efetivamente aceites) dos leilões de dívida pública no mercado secundário tem-se reduzido, ficando ainda assim acima dos valores que as instituições financeiras consideram como sendo leilões com sucesso (2,0).

Mesmo após a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em maio de 2014, o financiamento do estado português está ainda bastante alavancado nas condições especiais de crédito

A Direção


concedidas pelas instituições europeias.

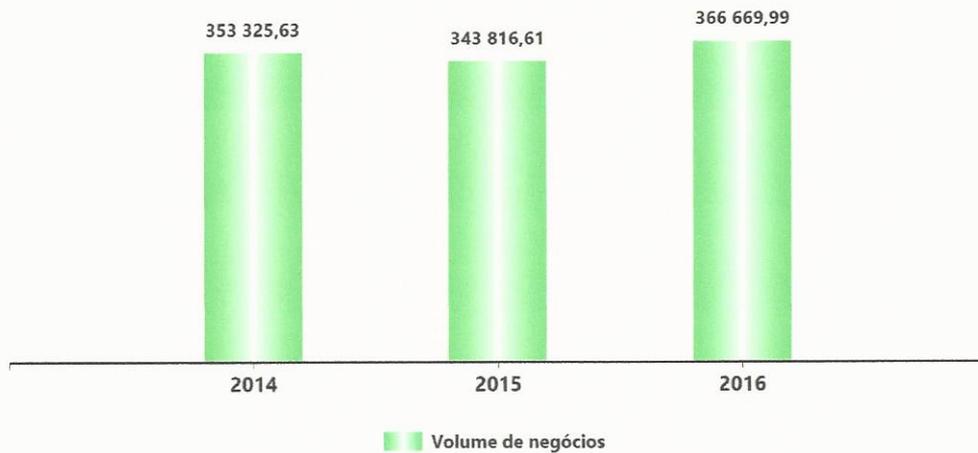
Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2016 fixou-se, aproximadamente, nos 2,6% do PIB, de acordo com a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), 0,2% acima do valor estimado pelo governo aquando da elaboração do Orçamento de Estado de 2017, sendo o défice mais baixo da história da democracia portuguesa.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

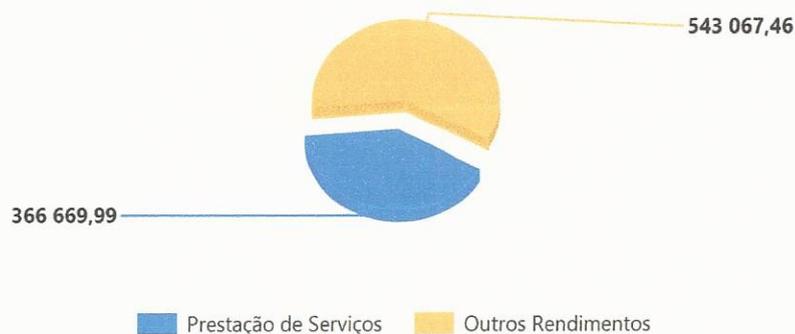
No período de 2016 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 366 669,99 €, representando uma variação de 6,64% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Estrutura de Rendimentos



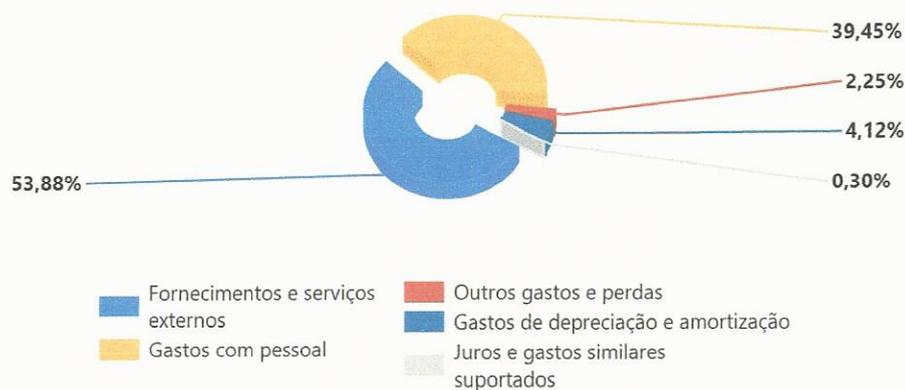
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

A Direção

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual

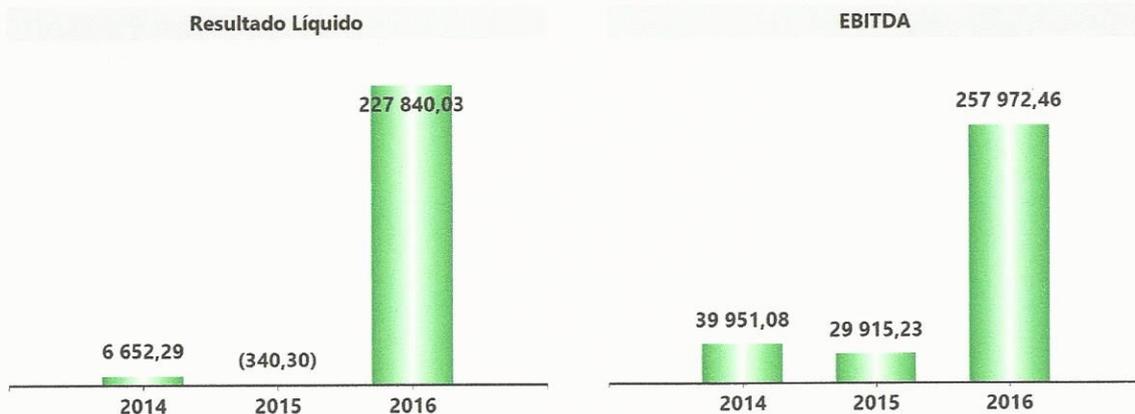


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Gastos com Pessoal	269 017,41	247 372,50	231 031,84
Nº Médio de Pessoas	25,00	25,00	25,00
Gasto Médio por Pessoa	10 760,70	9 894,90	9 241,27

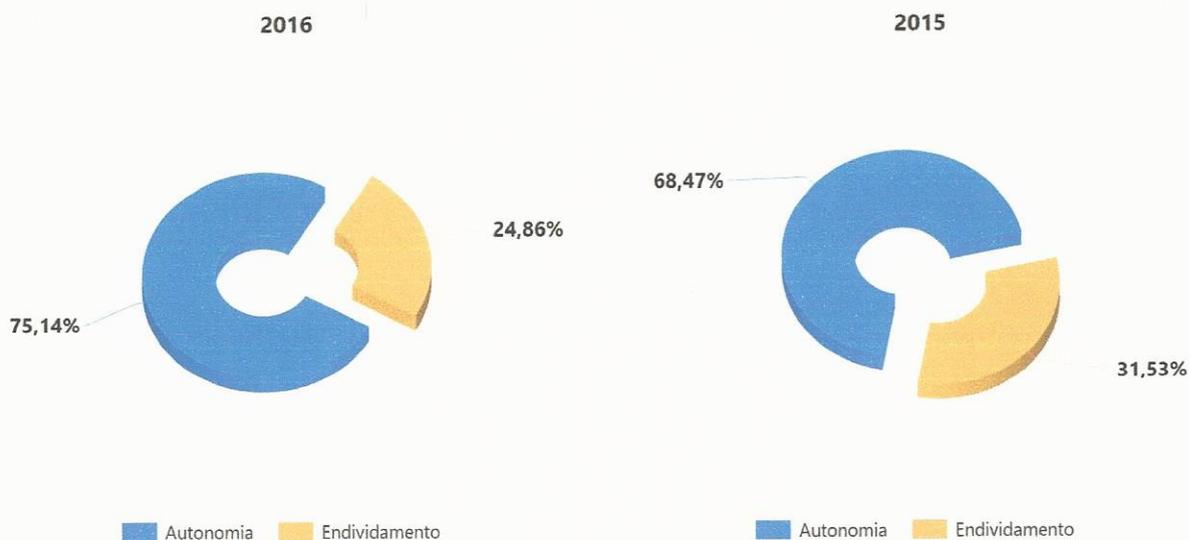
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

A Direção



O resultado líquido apresentado reflete a venda dos edifícios doados à Ordem sito na Avenida Manuel Maria da Portela e na Av. Luisa Todi.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

A Direção


ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	636 302,99	72 %	740 119,70	97 %
Ativo corrente	243 499,97	28 %	19 391,09	3 %
Total ativo	879 802,96		759 510,79	

RUBRICAS	2016		2015	
Capital Próprio	661 084,38	75 %	520 014,35	68 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	218 718,58	25 %	239 496,44	32 %
Total Capital Próprio e Passivo	879 802,96		759 510,79	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal no período económico findo em 31 de dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 227 840,03€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2016
Resultados Transitados	227 840,03

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Para 2017 e 2018, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente dos países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento das áreas em desenvolvimento da Europa e Ásia Central tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2015, à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais a esta macrorregião. O crescimento da Turquia esteve em linha com as expetativas de retraimento motivadas pela contração do sector do turismo. A recessão na Rússia sustém ainda o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que, em 2017, se prolongue a linha de recuperação económica moderada, já visível em anos anteriores. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no horizonte de previsão 2017-2019, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, e em linha com o comportamento macroeconómico nacional, particularmente desde 2014.

A Direção


O Banco de Portugal, no seu Boletim de Dezembro de 2016, projeta que, a partir do final de 2016, e ao longo do horizonte de projeção (2017-2019), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas, com estabilização nos períodos de 2018 e 2019 (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019). Esta previsão é corroborada pelo BCE.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar o fomento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Este indicador apresentará em 2017, 2018 e 2019 um crescimento sustentado, com variações máximas estimadas de 0,2 pontos percentuais entre os períodos.

De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos da previsão na ordem dos 1,3%/1,4%. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança mantenha a trajetória descendente observada nos dois anos anteriores.

As exportações deverão retomar um ritmo de crescimento sustentado em 2017, em linha com o período anterior a 2016 (ano em que um abrandamento foi registado), invertendo-se nos restantes períodos de análise.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. No Orçamento do Estado para 2017, o Governo antevê uma taxa de desemprego de 10,3%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Após uma relativa estabilização da inflação em 2016, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com o crescente contributo positivo da componente não energética (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019).

No entanto, à semelhança do ocorrido em 2016, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global (a mais clara entre os Estados Unidos e a China), das crises sociais e políticas europeias (aparecimento, e potencial eleição, de partidos eurocéticos com agendas mais estremadas, apenas a título de exemplo) e, em particular, da resposta institucional das instâncias europeias ao pós-crise das dívidas soberanas na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira, e em que medida a União Europeia, enquanto macrorregião e união económica de estados, se reestruturará internamente e se fará impor no conturbado plano geopolítico internacional.

A Direção


6 - Outras Informações

A Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

8 - Anexo ao Relatório de Gestão

NÃO APLICÁVEL.

Setúbal, 12 de Janeiro de 2017

A Direção,



ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de
Setúbal**

ANO : 2016

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 6 - Custos de empréstimos obtidos**
 - 6.3 Outras divulgações
- 8 - Rendimentos e gastos**
 - 8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
 - 8.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 11 - Instrumentos financeiros**
 - 11.3 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:
- 12 - Benefícios dos empregados**
 - 12.4 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
 - 15.2 Informação por atividade económica
 - 15.3 Informação por mercado geográfico
 - 15.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais
- 18 - Impostos e contribuições**
 - 18.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:
 - 18.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Notas às Demonstrações Financeiras



1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

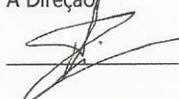
Designação da entidade: Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal

Sede social: Avenida 22 de Dezembro, 3

Endereço eletrónico: otcarmosetubal@netcabo.pt

Página da internet: www.otcarmosetubal.org

Natureza da atividade: Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento



2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.



3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

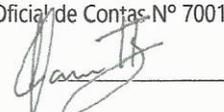
Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.



As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Normas das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Normas das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

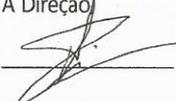
Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



4 - Ativos fixos tangíveis

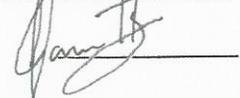
4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		895 171,25	133 483,74	30 225,00	52 591,79		25 548,06			1 137 019,84
Depreciações acumuladas		172 547,72	127 278,37	24 135,00	52 466,69		20 827,21			397 254,99
Saldo no início do período		722 623,53	6 205,37	6 090,00	125,10		4 720,85			739 764,85
Variações do período		(101 857,54)	11 964,33	(3 045,00)	46 956,35	(51 556,67)	(6 765,25)			(104 303,78)
Total de aumentos										
Total diminuições		17 384,40	267,36	3 045,00	497,52	4 102,80	2 792,28			28 089,36
Depreciações do período		17 384,40	267,36	3 045,00	497,52	4 102,80	2 792,28			28 089,36
Outras transferências		(84 473,14)	12 231,69		47 453,87	(47 453,87)	(3 972,97)			(76 214,42)
Saldo no fim do período		620 765,99	18 169,70	3 045,00	47 081,45	(51 556,67)	(2 044,40)			635 461,07
Valor bruto no fim do período		808 762,71	140 702,61	30 225,00	52 591,79		26 587,91			1 058 870,02
Depreciações acumuladas no fim do período		187 996,72	122 532,91	27 180,00	5 510,34	51 556,67	28 632,31			423 408,95

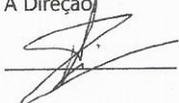
Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		123 183,80	130 130,78	30 225,00	52 591,79		795 456,04			1 131 587,41
Depreciações acumuladas		154 694,18	121 409,99	21 090,00	48 027,62		24 101,13			369 322,92
Saldo no início do período		(31 510,38)	8 720,79	9 135,00	4 564,17		771 354,91			762 264,49
Variações do período		754 133,91	(2 515,42)	(3 045,00)	(4 439,07)		(766 634,06)			(22 499,64)
Total de aumentos										
Total diminuições		17 853,54	855,56	3 045,00	4 439,07		1 738,90			27 932,07
Depreciações do período		17 853,54	855,56	3 045,00	4 439,07		1 738,90			27 932,07
Outras transferências		771 987,45	(1 659,86)		0,00		(764 895,16)			5 432,43
Saldo no fim do período		722 623,53	6 205,37	6 090,00	125,10		4 720,85			739 764,85
Valor bruto no fim do período		895 171,25	133 483,74	30 225,00	52 591,79		25 548,06			1 137 019,84
Depreciações acumuladas no fim do período		172 547,72	127 278,37	24 135,00	52 466,69		20 827,21			397 254,99

6 - Custos de empréstimos obtidos**6.3. Outras divulgações**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	2 043,07	2 323,46
Juros de financiamentos suportados	2 043,07	2 323,46
Outros juros de financiamentos obtidos	2 043,07	2 323,46



8 - Rendimentos e gastos**8.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	366 669,99	343 816,61
Juros	19,66	
Total	366 689,65	343 816,61

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	60 505,30	66 669,01
Serviços especializados	162 307,36	136 774,59
Trabalhos especializados	42 271,33	37 212,97
Vigilância e segurança	394,65	354,80
Honorários	63 705,96	67 802,84
Comissões	32 349,02	
Conservação e reparação	23 586,40	31 403,98
Materiais	10 637,58	10 760,80
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 485,58	6 733,43
Livros e documentação técnica	115,77	580,41
Material de escritório	3 036,23	3 446,96
Energia e fluidos	32 379,15	40 170,87
Electricidade	19 693,77	21 135,69
Combustíveis	7 383,07	13 713,21
Água	5 263,41	5 140,92
Outros	38,90	181,05
Deslocações, estadas e transportes	1 845,49	2 300,42
Deslocações e estadas	951,89	1 115,00
Transportes de pessoal	38,60	552,47
Transportes de mercadorias	129,15	
Outros	725,85	632,95
Serviços diversos	99 730,38	96 804,08
Rendas e alugueres	14 920,45	8 603,99
Comunicação	7 659,02	7 482,36
Seguros	2 465,57	5 003,19
Contencioso e notariado		40,25
Despesas de representação	2 761,13	2 684,53
Limpeza, higiene e conforto	10 850,97	16 207,60
Outros serviços	61 073,24	56 782,16
Total	367 405,26	353 479,77




11 - Instrumentos financeiros

11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	397 216,50			397 216,50
Reservas	4 166,66			4 166,66
Outras reservas	4 166,66			4 166,66
Resultados transitados	67 201,49		(340,30)	66 861,19
Outras variações nos capitais próprios	51 770,00		(86 770,00)	(35 000,00)
Doações	86 770,00		(86 770,00)	
Outras variações	(35 000,00)			(35 000,00)
Total	520 354,65		(87 110,30)	433 244,35

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	397 216,50			397 216,50
Reservas	4 166,66			4 166,66
Outras reservas	4 166,66			4 166,66
Resultados transitados	60 549,20		6 652,29	67 201,49
Outras variações nos capitais próprios	88 770,00		(37 000,00)	51 770,00
Subsídios	2 000,00		(2 000,00)	
Doações	86 770,00			86 770,00
Outras variações			(35 000,00)	(35 000,00)
Total	550 702,36		(30 347,71)	520 354,65




12 - Benefícios dos empregados**12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	269 017,41	247 372,50
Remunerações dos órgãos sociais	931,50	202 622,62
Remunerações do pessoal	216 405,44	
Encargos sobre as remunerações	45 344,32	41 515,80
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 464,85	2 809,74
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	2 871,30	424,34



15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.2. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	366 669,99	366 669,99
Fornecimentos e serviços externos	367 405,26	367 405,26
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	25,00	25,00
Gastos com o pessoal	269 017,41	269 017,41
Remunerações	217 336,94	217 336,94
Outros gastos	51 680,47	51 680,47
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	635 461,07	635 461,07
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	343 816,61	343 816,61
Fornecimentos e serviços externos	353 479,77	353 479,77
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	25,00	25,00
Gastos com o pessoal	247 372,50	247 372,50
Remunerações	202 622,62	202 622,62
Outros gastos	44 749,88	44 749,88
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	739 764,85	739 764,85
Propriedades de investimento		

15.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	366 669,99			366 669,99
Fornecimentos e serviços externos	367 405,26			367 405,26
Rendimentos suplementares:	44 553,00			44 553,00
Outros rendimentos suplementares	44 553,00			44 553,00

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	343 816,61			343 816,61
Fornecimentos e serviços externos	353 479,77			353 479,77
Rendimentos suplementares:	11 832,00			11 832,00
Outros rendimentos suplementares	11 832,00			11 832,00

15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.



18 - Impostos e contribuições

18.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	227 840,03	(340,30)
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

18.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	11,42		7,51	
Pagamentos por conta	11,42		7,51	
<i>Pagamentos normais</i>	<i>11,42</i>		<i>7,51</i>	
Retenção de impostos sobre rendimentos		2 114,60		2 416,50
Outros impostos		50,53		50,53
Contribuições para a Segurança Social		9 389,78		8 907,75
Outras tributações			530,44	
Total	11,42	11 554,91	537,95	11 374,78




**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31/12/2016
(montantes em euros)**

**Venerável Ordem Terceira de Nossa
Senhora do Monte do Carmo de Setúbal**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		357 671,15	348 836,41
Pagamentos a fornecedores		370 986,03	376 016,87
Pagamentos ao pessoal	12	269 124,44	242 979,26
Caixa gerada pelas operações		(282 439,32)	(270 159,72)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5 339,87)	(897,50)
Outros recebimentos/pagamentos		533 132,50	267 916,93
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		256 033,05	(1 345,29)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4		3 532,43
<i>Investimentos financeiros</i>		487,07	354,85
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>			2 000,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		19,66	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(467,41)	(1 887,28)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	40 500,00	
<i>Juros e gastos similares</i>	6	2 043,07	2 342,65
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(42 543,07)	(2 342,65)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		213 022,57	(5 575,22)
Caixa e seus equivalentes no início do período		10 776,06	16 351,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período		223 798,63	10 776,06

A Direção,



Técnico C

201253455 017


**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em
31/12/2016
(montantes em euros)**

**Venerável Ordem Terceira de Nossa
Senhora do Monte do Carmo de
Setúbal**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	366 669,99	343 816,61
Subsídios, doações e legados à exploração		182 266,43	181 003,97
Fornecimentos e serviços externos	8	(367 405,26)	(353 479,77)
Gastos com o pessoal	12	(269 017,41)	(247 372,50)
Outros rendimentos	8	360 801,03	109 100,86
Outros gastos		(15 342,32)	(3 153,94)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		257 972,46	29 915,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(28 089,36)	(27 932,07)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		229 883,10	1 983,16
Juros e gastos similares suportados	6	(2 043,07)	(2 323,46)
Resultado antes de impostos		227 840,03	(340,30)
Resultado líquido do período		227 840,03	(340,30)

A Direção,


Técnico O 207253455 017



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em
31/12/2016
(montantes em euros)

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do
Monte do Carmo de Setúbal

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	397 216,50		4 166,66	67 201,49		51 770,00	(340,30)	520 014,35		520 014,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
7											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							227 840,03	227 840,03		227 840,03
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6+7+8+10	397 216,50		4 166,66	66 861,19		(35 000,00)	227 840,03	661 084,38		661 084,38



A Direção,



Técnico O 207253455 17

70017

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em
31/12/2016
(montantes em euros)**

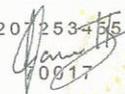
Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do
Monte do Carmo de Setúbal

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	397 216,50		4 166,66	60 549,20		88 770,00	6 652,29	557 354,65		557 354,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					6 652,29		(37 000,00)	(6 652,29)	(37 000,00)		(37 000,00)
2					6 652,29		(37 000,00)	(6 652,29)	(37 000,00)		(37 000,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(340,30)	(340,30)		(340,30)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							(37 340,30)	(37 340,30)		(37 340,30)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações		397 216,50							397 216,50		397 216,50
5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+5	397 216,50		4 166,66	67 201,49		51 770,00	(340,30)	520 014,35		520 014,35

A Direção,



Técnico Ofic 201253455



RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	635 461,07	739 764,85
Outros créditos e ativos não correntes		841,92	354,85
		636 302,99	740 119,70
Ativo corrente			
Créditos a receber	11	14 322,50	5 490,79
Estado e outros entes públicos		11,42	537,95
Diferimentos		5 367,42	2 586,29
Caixa e depósitos bancários		223 798,63	10 776,06
		243 499,97	19 391,09
Total do ativo		879 802,96	759 510,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15		
Fundos	11	397 216,50	397 216,50
Reservas		4 166,66	4 166,66
Resultados transitados		66 861,19	67 201,49
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		(35 000,00)	51 770,00
Resultado líquido do período		227 840,03	(340,30)
Total dos fundos patrimoniais		661 084,38	520 014,35
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	18 010,19	26 481,32
Estado e outros entes públicos		11 554,91	11 374,78
Financiamentos obtidos	6;11		40 500,00
Outros passivos correntes	11;12	189 153,48	161 140,34
		218 718,58	239 496,44
Total do passivo		218 718,58	239 496,44
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		879 802,96	759 510,79